



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Educação e organizações democráticas

Candido Giraldez Vieitez

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: VIEITEZ, C. G. ; DAL RI, N. M. Educação e organizações democráticas. *In:* DAL RI, N. M. ; MARRACH, S. A. (org). **Desafios da educação do fim do século**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p11-23. DOI: <http://doi.org/10.36311/2000.85-86738-12-3.p11-23>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Candido Giraldez VIEITEZ¹

Neusa Maria DAL RI²

Introdução

Nos últimos cinquenta anos, a organização capitalista do trabalho teve um papel fundamental na configuração dos sistemas educacionais, sobretudo nos países industrializados. Estes sistemas, por suas concepções e práticas pedagógicas, encontram-se relativamente bem ajustados à natureza dessa organização do trabalho, a qual apresenta como uma característica básica o assalariamento.

A partir da década de 70, surgem empreendimentos econômicos que designamos, neste texto, sinteticamente, como organizações democráticas. Incluem-se neste tipo de organização certas organizações não governamentais (ONGs), associações de trabalhadores, fundações e, principalmente, cooperativas e empresas autogestionárias.

A quantidade desses empreendimentos é ainda pequena. Entretanto, tentaremos demonstrar aqui duas hipóteses:

- 1) essas organizações estão requerendo, desde já, concepções e práticas educacionais distintas das oficialmente estabelecidas;
- 2) caso ocorra um crescimento dessas organizações, a ponto de adquirirem significância social e econômica, importantes alterações deverão ocorrer nos atuais sistemas de ensino.

No transcurso deste artigo, indicaremos algumas das possíveis alterações educacionais que serão suscitadas pela intervenção dessas organizações democráticas no mundo do trabalho e na sociedade.

¹ Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília. - 17525-900 - SP.

² Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília - 17525-900 - SP.

1 A mudança do regime de acumulação do pós-guerra

A prosperidade econômica que caracterizou o sistema capitalista, depois da segunda guerra mundial entra em declínio a partir da década de 70. Direitos sociais e trabalhistas, aparentemente incorporados à vida das nações industriais como elementos definitivos da civilização, foram questionados pelas elites das classes dominantes e, em muitos casos, sustados em maior ou menor grau. A crise de acumulação de capital que parecia domada pela intervenção planificadora dos Estados, reapareceu. O sistema soviético, que emergira como um modelo em confronto com o capitalismo, mostrou sinais de decadência e, finalmente, desarticulou-se. Os trabalhadores industriais, que pareciam acomodados à política de bem-estar social, abriram a década com movimentações de grande porte em vários países, entre outros motivos, aparentemente, em reação às relações de trabalho características do taylorismo-fordismo. Inovações tecnológicas de base científica, notadamente no campo da microeletrônica e da informática, articuladas com o adensamento das relações econômicas mundiais, propiciaram modificações de grande monta que alcançaram a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Finalmente, ressurgiu o fenômeno do desemprego massivo.

O desemprego massivo pontua a história do capitalismo. Entretanto, alguns investigadores postulam que o atual fenômeno é diferente daquele que se verificou no passado.³ Para eles, não se trata de desemprego que a retomada do crescimento econômico poderá dirimir, mas da incapacidade crescente do capitalismo em absorver a população economicamente ativa.

É nesse contexto de inovações tecnológicas, reestruturação produtiva, desemprego e perdas de direitos sociais e trabalhistas que surgem as organizações de trabalho democráticas.

2 As organizações de trabalho democráticas

No capitalismo, contraditoriamente, surgiram organizações econômicas de trabalhadores de cunho não capitalista, com diversas finalidades.

³ A esse respeito, consultar RIFIKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos empregos e a redução da força global de Trabalho*, São Paulo: Makron Books, 1996.

As cooperativas foram possivelmente as primeiras organizações econômicas não capitalistas que surgiram na primeira metade do século XIX. Estas entidades desenvolveram-se lentamente fixando-se sobretudo nos setores de consumo, agrário e crédito.

Nesse ínterim, em desacordo com suas origens populares e proletárias, a *forma de organização cooperativa* passou a ser utilizada também por empreendedores mercantis ou capitalistas os quais, a partir de outras bases sociais, estabeleceram áreas de cooperação na interseção de seus negócios.

O atual florescimento de organizações democráticas, verificado em nível internacional, insere-se na tradição originária. Aqui, entretanto, destacaremos o aparecimento das *organizações econômicas de trabalho associado (OETA)* de um certo tipo, ou seja, aquelas que se caracterizam pelas seguintes propriedades fundamentais: a obtenção de um excedente econômico através do trabalho cooperativo, a propriedade coletiva e o autogoverno democrático dos trabalhadores.

Na empresa capitalista, o excedente econômico é obtido através do assalariamento, o qual coloca o trabalhador numa relação de *subordinação e exploração*. Diversamente, na empresa democrática, o trabalhador encontra-se numa relação de igualdade e equidade.

Distintamente dos empreendimentos tradicionais, nos quais a propriedade pertence aos capitalistas, nas OETA a propriedade pertence ao coletivo, de tal modo que os associados são ao mesmo tempo *trabalhadores e proprietários*.

Não menos importante que os elementos mencionados acima é o caráter democrático da administração nesses estabelecimentos. Em princípio, o poder é exercido pelo conjunto de associados através de assembleias gerais, comissões, eleições de dirigentes e outros mecanismos que visam assegurar participação política e uma certa equidade econômica. Esses dispositivos constitucionais garantem relações de trabalho totalmente diferentes das existentes na empresa capitalista, na qual o assalariado não detém o poder.

Essas diferenças produzem inúmeras implicações. Elas possibilitam à empresa democrática, por exemplo, preservar o seu quadro de

associados na situação em que a empresa capitalista vê-se na contingência de fazer demissões.

Um outro exemplo diz respeito à educação. Enquanto a organização capitalista do trabalho, classicamente, relega a maior parte dos trabalhadores a tarefas que prescindem de educação aprimorada, esta é uma condição primordial para o desenvolvimento da organização democrática.

3 A educação contemporânea

A educação contemporânea, da forma como está caracterizada nos sistemas de ensino, é o resultado de uma evolução histórica que se encontra particularmente ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, da evolução da ciência e da cultura e da dinâmica conflituosa das classes sociais.

A Reforma Protestante, no Renascimento, suscitou uma primeira grande modificação educacional de caráter modernizante, embora ainda no campo religioso. A necessidade de leitura da bíblia segundo os preceitos protestantes, induziu à divulgação tanto das línguas nacionais quanto das habilidades de leitura e escrita, que aos poucos foram tornando-se valores universais.

A expansão marítima, que criou o mercado mundial e o concomitante desenvolvimento das atividades mercantis, manufatureiras e financeiras, forneceu o influxo para a incorporação à educação de um outro conjunto de habilidades, tais como conhecimentos matemáticos, contábeis, geográficos e náuticos.

A revolução científica galileana, que por muito tempo desdobrou-se como conhecimento esotérico apenas ao alcance de uns poucos membros ilustrados das classes possuidoras, foi, não obstante, um dos eixos sobre o qual desenvolveu-se toda a educação até os dias de hoje.

A Revolução Francesa, como expressão paradigmática dos valores da burguesia revolucionária emergente, assim como de muitas das aspirações

das classes populares, consagrou a idéia de educação pública e universal, a qual integrou o conjunto de valores estratégicos da educação.

O desenvolvimento do capitalismo industrial, da vida urbana e das comunicações em escala internacional deu novo impulso à educação moderna.

Em torno dos anos 20 e 30 deste século, a divisão do trabalho capitalista passa a situar-se num novo patamar, consumando tendências que se desdobravam desde os primórdios manufatureiros. Por uma parte, acentua-se a fragmentação do trabalho. Por outra, as funções na fábrica adquirem um nítido caráter dual, à medida em que as funções intelectuais são separadas das funções operativas.

Pari passu com a reorganização da divisão do trabalho, reconfigura-se também o mercado de trabalho assalariado, categoria chave do modo de produção capitalista, que estava plenamente constituído nos países centrais desde fins do século XIX, e que, refletindo as mudanças no sistema produtivo, torna-se segmentado.

Nessa fase, articulando esses diferentes elementos, a indústria induz o processo de dissociação entre a atividade de trabalho e a atividade educativa, reservando esta última para uma instituição especializada e separada, a escola. Em pouco tempo, esta, até então existente como uma instituição socialmente excêntrica e ainda caudatária de regimes sociais pretéritos, cristaliza-se num *sistema* dotado de identidade própria e gozando de uma certa autonomia, ou seja, como a agência social precipuamente responsável pela qualificação geral, técnica, e profissional.

Cabe destacar aqui o nexó existente entre educação através da escola e mercado de trabalho assalariado.

O mercado de trabalho é uma das categorias fundamentais da ordem social vigente. A possibilidade de existência de um contingente de reserva de mão-de-obra flutuante, à disposição do capital e previamente condicionada pela divisão capitalista do trabalho, é condição de exequibilidade das relações capitalistas de produção.

A estruturação da educação como atividade realizada em separado das atividades laborais é, ela mesma, um dos elementos necessários à otimização do funcionamento do mercado de trabalho. Ao contrário de fases anteriores do capitalismo, nas quais o aprendiz era ao mesmo tempo trabalhador, o estudante atual não se forma imediatamente como trabalhador, mas simplesmente como um ator social que, integrando necessariamente o mercado de trabalho e o contingente de reserva, poderá vir a realizar, mas não necessariamente, as potencialidades profissionais de seu aprendizado.

Deve-se ainda ressaltar que a articulação destes três elementos: mercado de trabalho, divisão do trabalho e sistema escolar, constitui um poderoso mecanismo de controle do capital sobre o trabalho assalariado.

Até as primeiras décadas deste século, a concepção de educação baseada nos estudos clássicos, que compreendiam latim e grego, filosofia, história como cronologia etc., tinha ainda grande importância no sistema de educação e, em geral, constituía o currículo que formava as elites das classes dominantes. Subseqüentemente, entretanto, a indústria em particular e o sistema econômico em geral, passaram a incorporar cada vez mais ciência e tecnologia. Em virtude desse fator, os estudos clássicos terminaram por ceder seu lugar a uma composição curricular muito mais influenciada por uma certa concepção de ciência e de tecnologia. Os currículos hodiernos encontram-se, em geral, apoiados nas ciências exatas, sociais e naturais, ao que se acrescentam disciplinas das chamadas humanidades, como por exemplo, língua vernácula e estrangeira, artes e educação física.

Em suma, transcorridos praticamente cinco séculos, destacam-se como grandes marcos positivos do ensino e matrizes dos conteúdos educativos: a) o ensino laico; b) a tendência à universalidade; c) a proeminência da escola pública; e d) a ciência, as artes e a educação física.

A mundialização da economia, as novas tecnologias e a reestruturação produtiva que re-situam toda a economia política num estágio mais sofisticado e, possivelmente, também mais problemático, estão demandando novas necessidades educacionais.

Observa-se uma premência renovada à expansão da educação no sentido de que esta alcance efetivamente camadas sociais mais amplas.

Verifica-se uma elevação geral dos níveis educacionais, o que tende a colocar a população num patamar mais elevado de proficiência educacional e profissional.

A concepção imediatista da formação profissional, que até pouco objetivava uma qualificação utilitarista, está recuando e dando lugar a uma concepção de formação básica sólida apoiada em conhecimentos científicos e tecnológicos geradora não tanto de habilidades imediatas, mas de prontidão para a renovação da aprendizagem.

Em desenvolvimento conexo com o mencionado, verifica-se, também, que há uma maior preocupação com a divulgação de métodos e técnicas que habilitem os virtuais profissionais para a pesquisa ou, ao menos, para a solução de problemas inesperados.

Adquirem uma nova importância as habilidades de comunicação, notadamente leitura e escrita. Verifica-se isto não simplesmente devido à crescente utilização de tecnologias mais elaboradas em todas as dimensões da vida social, mas, também, em virtude da maior densidade e complexidade das quais vão revestindo-se as atuais relações sociais.

A aquisição de conhecimentos significativos em uma ou mais línguas estrangeiras é outra habilidade que vai se tornando imprescindível na educação contemporânea, *pari passu* com a mundialização da economia, o surgimento de mercados comuns regionais e a formação de comunidades transnacionais.

Mencione-se que em contraste com a apologia do individualismo, que tão profundamente marca a educação na ordem social capitalista, nota-se agora o início de um certo movimento de incentivo às atividades realizadas em equipe.

Essas modificações incidem sobre a organização das grades curriculares as quais tendem a apresentar uma ampliação das opções para a formação básica, uma maior flexibilidade na composição do rol de disciplinas e uma maior interatividade no conjunto do sistema.

Por fim, embora estas mudanças recentes sejam significativas para a formação dos cidadãos e trabalhadores, cabe ressaltar que as mesmas não propiciam uma transformação de fundo nas concepções e práticas educacionais vigentes, as quais mantêm-se funcionais em relação ao trabalho assalariado e aos princípios e valores da ordem social capitalista.⁴

4 Educação para as Organizações Democráticas

As organizações democráticas devem apoiar-se, em boa medida, nos preceitos que caracterizam a educação hodierna. Contudo, as mesmas, por sua natureza e modo de operação, não encontram no atual sistema educacional todos os elementos compatíveis com as suas necessidades de reprodução e desenvolvimento. Por outro lado, algumas das características do sistema educacional são adversas à vida dessas organizações.

Uma questão crucial desta problemática é a democracia nas relações de trabalho. Embora a democracia seja considerada um valor estratégico para a sociedade, a mesma não se constitui, prática ou reflexivamente, em um dos pilares da educação, como se poderia imaginar. Qual a causa desse aparente paradoxo?

A resposta certamente tem a ver com uma das importantes funções da educação que é a preparação das pessoas para o trabalho. O trabalho, na ordem social capitalista, é predominantemente trabalho assalariado, ou seja, um sistema que produz e reproduz relações sociais despóticas. Como poderia, pois, cultivar os valores democráticos, um sistema educativo que tem como uma de suas tarefas fundamentais a preparação para essa forma de organização do trabalho?

Diversa é a situação nas empresas democráticas e autogeridas. O desafio que se coloca para estas é justamente o de construir relações de trabalho

⁴ Os dirigentes empresariais estão sempre tratando de impor a sua própria cultura de racionalização (profissionalismo) do trabalho sobre a cultura do trabalho engendrada pelos próprios trabalhadores. Mas, para isto, são necessárias certas condições. Segundo Grzyb (1991, p. 403) “só é possível apelar para o profissionalismo das pessoas desde que as mesmas tenham-se tornado sensíveis a essa idéia, o que se verifica particularmente através do sistema de educação e da mídia”.

politicamente iguais e economicamente equitativas. A educação para estas organizações deve, portanto, ter a democracia não simplesmente como uma referência cultural, mas sim como uma prática efetivamente balizadora da pedagogia.

A preocupação com a democracia no trabalho pode ser observada nos cursos que as OETA criam como maneira de suprir suas necessidades, mesmo que parcialmente diante das incompatibilidades e insuficiências com as quais se deparam no ensino oficial. Como exemplos, podemos citar a escola de formação de professores da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), os cursos de capacitação autogestionária criados pela Associação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Autogestão (ANTEAG) e diversos outros tipos de atividades educativas específicas propiciadas pelo Fórum de Cooperativas Populares da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ e pelas organizações ligadas à Confederação das Cooperativas de Trabalho (Cootrabalho) (Vieitez & Dal Ri, 1998).

Um outro ponto diz respeito à dissociação e ao distanciamento existentes entre a educação formal e o mundo do trabalho que têm no mercado de trabalho um dos seus elementos constitutivos. Ora, as empresas democráticas e autogeridas prescindem do mercado de trabalho. Este deixa de ser o elo de ligação e ao mesmo tempo o mecanismo regulador entre o sistema de formação para o mundo do trabalho e o mundo do trabalho mesmo. Este fenômeno indica, portanto, que um novo tipo de articulação deverá realizar-se entre essas duas esferas da vida social. Não se trata da recomposição da unidade entre trabalho e educação observada em fases históricas anteriores. Mas, sim, do estabelecimento de conexões sociais interativas diretas, isto é, sem a mediação do mercado, entre agências educacionais e organizações econômicas democráticas. Estas novas conexões certamente contribuirão para constituir vínculos muito mais estreitos entre escola e sociedade e, portanto, para subtrair do ensino o caráter formal e eminentemente abstrato que hoje apresenta.

Uma terceira questão decorre da divisão capitalista do trabalho. Esta não é simplesmente uma distribuição de tarefas distintas visando a maior eficiência, mas sim um sistema de fragmentação do trabalho que está

intimamente ligado ao *controle* econômico e político dos trabalhadores. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, o trabalhador viu-se privado, inicialmente, do controle do produto e, finalmente, do controle do processo de trabalho, ou seja, não apenas lhe foi retirada a possibilidade de estipular o valor do seu trabalho, como, principalmente, foi-lhe interdita a possibilidade de decidir sobre o trabalho a ser realizado.

Os desdobramentos econômicos e políticos da divisão do trabalho são particularmente importantes, na medida em que, primeiro, há uma divisão da própria classe trabalhadora e, segundo, criam-se funções parcelarizadas e fixas que determinam em grande parte a constituição do mercado de trabalho. Este, por sua vez, desde as décadas de 20 e 30, com o aprofundamento da dualização das funções fabris em intelectuais e manuais, influenciou poderosamente todo o sistema de ensino no que diz respeito tanto à concepção quanto à estruturação dos vários ramos das qualificações. Este movimento resultou num sistema que, refletindo as clivagens da divisão do trabalho, qualifica e profissionaliza, segmentando conhecimentos e habilitações.

Nos últimos anos, desenvolveu-se a organização *modular* do trabalho que, conjugada com a maior complexificação do sistema econômico no seu todo, em princípio, requer maior e mais ampla preparação acadêmica. Contudo, nada disso aponta para uma reconversão radical dos elementos da educação associada à organização capitalista do trabalho (Castilho, 1991).

No plano pedagógico isso expressa-se, por exemplo, em cursos que especializam de forma unilateral, restrita, sem que se note maior preocupação com a integração das diversas áreas de conhecimento.

A divisão do trabalho, enquanto técnica de aumento da eficácia, continua existindo nas organizações democráticas e autogeridas. Entretanto, a divisão do trabalho, como técnica de controle social da classe trabalhadora, tende a desaparecer porque tendem a desaparecer as categorias de exploração econômica e subalternidade social e política. Os membros das OETA são eles mesmos, coletivamente, os *demiurgo*, do seu empreendimento, isto é, os criadores, operadores e administradores do mesmo. Ao contrário da empresa tradicional, que mantém os trabalhadores divididos em funções alicerçadas em uma rígida hierarquia social, profissional e cultural, a empresa democrática requer que

todos os associados exerçam aquelas funções estratégicas integradas e integradoras que hoje constituem praticamente o monopólio da alta gerência e, fundamentalmente, implicam o exercício do poder (direção), da criatividade e da educação.

As implicações desta situação organizacional para a educação são muitas e diversificadas, algumas das quais nomearemos a seguir. Há necessidade de uma elevação drástica da qualificação geral de todos os componentes das OETA, uma vez que, em princípio, todos devem estar aptos para compreender as diretrizes gerais que presidem o empreendimento e também as relações deste com o mercado e a sociedade. É também necessário que se reorganizem os conteúdos e as relações pedagógicas, tanto no sentido de propiciar uma visão holística dos conhecimentos, quanto no sentido de que a própria escola instaure uma prática de relações democráticas. Ademais, faz-se necessária a generalização para todo o alunado de um tópico educacional específico que é a preparação para exercício de funções diretivas, educativas e de criação, atualmente ao alcance apenas de segmentos sociais restritos.

Cabe ainda evidenciar uma outra característica da educação que emergirá caso concretize-se o desenvolvimento das OETA.

As organizações democráticas, por ora, constituem um percentual modesto em relação aos empreendimentos tradicionais dominantes. Também é verdade que, até agora, as preocupações democráticas e autogestionárias destas entidades, inclusive no plano educacional, têm-se centrado em sua dinâmica interna.⁵ Contudo, é de supor-se que se, as mesmas disseminarem-se, os seus valores essenciais intrínsecos tendem a generalizar-se, fato que colocaria com maior evidência para a sociedade como um todo a problemática da sua própria democratização. Neste caso, a questão da democracia no sistema educacional apareceria, pois, não simplesmente como uma demanda das corporações autogestionárias, mas, sim, como uma demanda social.

⁵ Excetuando-se a CONCRAB que se encontra organicamente ligada ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Conclusão

Os trabalhadores criaram organizações econômicas que se impostam como não capitalistas ou mesmo contra o capitalismo, desde a própria gênese.

Essas organizações, na medida em que tentam encetar novas relações de produção no contexto do capitalismo, deparam-se com necessidades educacionais diferenciadas que se depreendem imediatamente de seu *modus operandi* como carências prementes. Num primeiro momento e em virtude da grande urgência existente, as OETA tratam elas mesmas de encaminhare, em caráter supletivo, a solução dos problemas. Contudo, já se pode observar que surgem interpelações ao poder público com o objetivo de que suas demandas sejam contempladas por financiamentos e políticas públicas.

O laicíssimo, a universalidade do ensino, a escola pública, a tecnologia e ciência moderna, as artes e a educação física, são determinantes educacionais positivos que se encontram no sistema de educação oficial e que se coadunam com as características e os desígnios das organizações democráticas. Ao mesmo tempo, a educação para essas organizações requer que elementos novos sejam introduzidos, dentre os quais destacamos neste trabalho a questão democrática, a articulação entre escola, trabalho e sociedade, a integração entre os diversos campos do saber numa visão holística, a mudança das concepções de qualificação profissional e, por último, a introdução de temas geradores de habilidades específicas para a democracia e autogestão que implicam as funções diretivas, de criatividade e de educação.

Tais como as empresas tradicionais, as OETA são empreendimentos econômicos. Mas, diversamente daquelas, as OETA, uma vez que sua razão de ser não é a exploração tautológica do trabalho alheio, não são organizações economicistas. Esta é uma das razões pelas quais a educação dos trabalhadores não é para elas um simples fator de produção, mas condição mesma para sua sobrevivência e desenvolvimento. Em decorrência desta necessidade imanente, as OETA, sem perderem por isso sua especificidade, são também agências de qualificação permanente e ilimitada dos trabalhadores.

Carpi & Campos (1998, p. 46), referindo-se às empresas da economia social, da qual as OETA fazem parte, afirmam que as mesmas constituem-se em

... uma via potencial (sem paralelo em outras formas de organização produtiva) de acrescentar a aprendizagem na prática da democracia e da responsabilidade social dos cidadãos, assim como do desenvolvimento multidimensional do indivíduo. [Aduzem também que] ... em uma sociedade cuja complexidade cresce rapidamente e cujos conflitos (econômicos, sociais e ecológicos) tendem a aguçar-se, aumentando as dificuldades e custos de uma solução socialmente razoável, o desenvolvimento deste potencial constitui um contrapeso aos riscos de desintegração e crise social, ao mesmo tempo que um importante elemento de flexibilização e criatividade institucional.

Referências Bibliográficas

- CARPI, J. A. T., CAMPOS, J. L. M. (Org.) *Libro blanco de la economía social en la comunidad valenciana*. Madrid: Ciriec-España, 1998.
- GRZYB, G. J. Descolectivizacion y recolectivizacion en los lugares de trabajo: los efectos de la tecnologia sobre los grupos de trabajo informales y la cultura del trabajo. In: CASTILLO, J. J. (Org). *Las nuevas formas de organizacion del trabajo*. Madrid: MTSS, 1991.
- RIFIKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- VIEITEZ, C. G., DAL RI, N. M. La economía social en Brasil. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa* (Madrid), n. 30, p.103-26, 1998.